

## O PROFESSOR AUXILIAR E A NECESSIDADE DE UM SEGUNDO PROFISSIONAL EM SALAS DE AULA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Maria Gomes Barbosa<sup>1</sup>

Kauany Carvalho da Silva<sup>2</sup>

Antonio Kayk Silva de Sousa<sup>3</sup>

Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santana<sup>4</sup>

### RESUMO

O professor auxiliar, muitas vezes, é contratado para atuar em salas de aula da educação infantil com o objetivo de mitigar o trabalho do professor titular. Apesar disso, essa conduta está permeada de controvérsias envolvendo desvalorização profissional, desigualdade salarial entre os dois cargos, formação acadêmica e a própria função do auxiliar. Nesse sentido, o presente artigo pretende trazer reflexões sobre as diferentes implicações que envolvem a presença e a necessidade do cargo de professor auxiliar em salas de aula da educação infantil. Para tanto, foram selecionados três artigos (Albernaz, Reis, 2023; Jesus, Cordeiro, 2021; Souza, 2020) uma dissertação de mestrado (Pinheiro, 2017), e um e-book (Abuchaim, 2018) visto que se relacionam com o objeto de estudo. A pesquisa teve por metodologia a revisão de literatura e pesquisa de campo em uma escola de educação infantil, realizada por meio da observação não participante e entrevista; a análise de dados pautou-se em Bardin (1977). Mediante os resultados, concluímos que há a necessidade de um segundo profissional em sala de aula. Portanto, ao apresentar as diversas possibilidades, vantagens e desvantagens do cargo de professor auxiliar, o artigo reforça o entendimento acerca do que de fato necessita o professor na educação infantil para que seja garantida educação integral às crianças.

**Palavras-chave:** Educação infantil, Professor auxiliar, Trabalho docente.

### INTRODUÇÃO

A rotina em escolas de educação infantil exige do professor a capacidade de encontrar meios para desenvolver os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais das crianças (Brasil, vol.1, 1998). São práticas que devem interligar o cuidar, o educar, a brincadeira e a aprendizagem de conteúdos novos visando alcançar a educação integral de todas as crianças. No entanto, existem diversos fatores desfavoráveis a concretização desse propósito, principalmente em escolas municipais de educação infantil que, tendo por clientela alunos de realidades distintas, se encarregam de atendê-los muitas vezes sem oferecer o suporte pedagógico necessário.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, [anamariagsb@gmail.com](mailto:anamariagsb@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, [kakaucs123@gmail.com](mailto:kakaucs123@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, [antoniokayk3@gmail.com](mailto:antoniokayk3@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutora em Educação, Universidade Estadual Paulista – UNESP, [mariaperpetuo@prp.uespi.br](mailto:mariaperpetuo@prp.uespi.br).

Na intenção de mitigar esses fatores, alguns municípios utilizam estratégias como tentativa de ofertar o melhor ensino possível às crianças. No contexto da sala de aula e da rotina do professor que trabalha nessas condições, uma dessas estratégias é contratar auxiliares de sala para atuar junto ao professor e amenizar o serviço pedagógico (Abuchaim, 2018). Todavia, atualmente, têm-se levantado questionamentos sobre essa conduta, visto que está permeada de problemáticas envolvendo desvalorização profissional, desigualdade salarial entre os dois cargos, formação acadêmica e a própria função do auxiliar. Além disso, têm surgido também novos meios para ofertar um ensino de qualidade às crianças das escolas públicas municipais, como a docência compartilhada numa sala de aula (Albernaz e Reis, 2023).

A motivação para a escrita desse trabalho partiu de observações feitas durante uma visita a uma escola municipal de educação infantil. Nessas visitas, pudemos observar a rotina de uma professora titular de uma turma da educação infantil, cuja prática explicitou a sobrecarga de trabalho. Partindo disso, questionamo-nos se a presença de um auxiliar de professor nessa realidade poderia contribuir no processo pedagógico e, por consequência, melhorar a qualidade de ensino e aprendizado. À vista disso, levantamos a seguinte questão problema: como o cargo de auxiliar é entendido frente às realidades da educação infantil? Deste modo, esperamos alcançar o objetivo dessa pesquisa de refletir sobre as diferentes implicações que envolvem a presença e a necessidade do cargo de professor auxiliar em salas de aula da educação infantil.

Promover reflexões sobre o professor auxiliar atuante em sala de aula mostra-se importante no meio educacional, pois é um tema presente na realidade escolar; quer seja por já fazer parte da realidade de diversas escolas, quer seja por ser um cargo pelo qual os profissionais sobrecarregados anseiam ter nas salas de aula. Como mencionado, a contratação de auxiliares em alguns municípios acontece de forma compensatória, para sanar problemas de natureza estrutural, mas que são vivenciados pelos professores titulares em uma sala de aula, como a superlotação de alunos, por exemplo (Albernaz e Reis, 2023). Nesse sentido, é proporcionalmente relevante refletir sobre os encadeamentos provenientes dessa prática.

Para levantar as discussões necessárias, foram feitas buscas bibliográficas a fim de compreender o que se tem discutido sobre auxiliares na educação infantil: no período de 01 a 17 de outubro de 2023, foram realizadas buscas nas plataformas digitais de acervos científicos Google Acadêmico, Periódicos CAPES e *Scielo* utilizando os descritores: “professor auxiliar, auxiliar de professor, bidocência e auxiliar na educação

infantil”. Posteriormente, selecionamos três artigos (Albernaz, Reis, 2023; Jesus, Cordeiro, 2021; Souza, 2020) uma dissertação de mestrado (Pinheiro, 2017), e um *e-book* (Abuchaim, 2018) visto que se relacionam com o objeto de estudo ao trazerem reflexões sobre o papel do auxiliar em sala de aula e a desvalorização docente nesse contexto.

Com o propósito de explicitar as garantias educacionais referentes à educação infantil e à atuação de professores nessa etapa, foram consultados alguns dos documentos que orientam e regulamentam a Educação Infantil no Brasil: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394/96 (Brasil, 1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), instituídas pela Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), documento orientador que segue as determinações legais da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998) e a LDBEN de 1996 (Brasil, 1996). Similarmente, também consultamos o Plano de Cargos e Salários, conforme o projeto complementar à Lei Municipal Nº 1.650/2010, 011 de 26 de julho de 2022 (Piracuruca, 2022) do município onde está localizada a **Escola A**.

A pesquisa tem por metodologia a revisão de literatura e pesquisa de campo; foi realizada durante os meses setembro, outubro e novembro de 2023 e está relacionada à disciplina de Currículo da Educação Infantil, do curso de licenciatura em Pedagogia. A pesquisa seguiu as seguintes etapas: primeiro, foi realizada a pesquisa de campo em uma escola municipal de educação infantil, na qual sucedeu-se em três visitas com o objetivo de analisar aspectos relacionados à situação física e ambiência da escola, bem como observar questões referentes à rotina pedagógica na escola e na sala de aula; posteriormente, após a escolha do tema, foi feito o levantamento bibliográfico para buscar na literatura o que está sendo discutido sobre o tema.

## **METODOLOGIA**

O estudo apoiou-se nos pressupostos da pesquisa do tipo qualitativa (Minayo, 2021), pois é um método de pesquisa que “[...] respeita a singularidade de cada entrevistado ou observado, na certeza de que o conhecimento que ele porta é construído na interlocução intersubjetiva” (Minayo, 2021, p. 530), visando a análise do fenômeno em sua totalidade e essência. De acordo com a autora, a pesquisa qualitativa é uma

investigação apoiada em um estudo de fundamentação teórica, que tende a analisar e aprofundar as questões em discussão. Assim, a pesquisa baseou-se no levantamento bibliográfico e buscou relacioná-lo com os dados obtidos na observação durante as visitas técnicas.

Para tanto, o estudo ocorreu nas seguintes etapas: atividade de campo por meio da observação não participante, em que “[...] o observador tem envolvimento mínimo no contexto social estudado. Existe algum tipo de conexão com o grupo ou contexto, mas o observador não é naturalmente ou normalmente parte do ambiente social” (Marietto, 2018, p. 10); e entrevista, levantamento bibliográfico, revisão de literatura e na sequência realizamos a análise dos dados produzidos.

A observação não participante sucedeu da seguinte maneira: foram realizadas três visitas técnicas à **Escola A**, de modo que, durante a primeira visita, ocorrida no dia 15 de setembro de 2023, observamos a estrutura da escola e entrevistamos a coordenadora pedagógica com o propósito de conhecer a rotina escolar. Na segunda e terceira visita técnica, ocorridas nos dias 22 e 29 de setembro de 2023, observamos o funcionamento de uma sala de aula da pré-escola, etapa que trabalha com crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses (Brasil, 2017), com o enfoque na observação da prática do professor titular e na estrutura da sala de aula.

A revisão de literatura foi realizada em artigos, trabalhos acadêmicos, *e-books* e textos publicados entre os anos de 2017 e 2023, especificamente nos sites Google Acadêmico, Plataforma CAPES e *Scielo*, tendo sido selecionados três artigos, uma dissertação de mestrado e um ebook que abordam essa temática. Por fim, a análise dos dados pautou-se em Bardin (1977), pois realizamos a pré-análise dos dados ao selecionarmos previamente a base bibliográfica para a pesquisa, a hipótese e o objetivo na intenção de analisar os resultados obtidos na pesquisa de campo com o objetivo escolhido.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Percebe-se que, frequentemente, o professor auxiliar é visto como um meio para mitigar o trabalho do professor titular, atribuindo a ele funções relacionadas ao cuidar e sendo, por consequência, concebido como um auxílio que pode proporcionar melhor assistência às crianças (Abuchaim, 2015). Nessa perspectiva, predomina a concepção em que o auxiliar é desprovido de identidade e importância equivalente ao do professor

titular, sendo entendido não como um contribuinte real no serviço pedagógico, mas sim como um apoio na concretização deste. Logo, é de suma importância e relevância trazer debates sobre o cenário atual dos professores titulares e dos auxiliares que atuam na educação infantil e suas identidades.

A LBDEN (Brasil, 1996), ao tratar da formação do professor que deve ocupar o cargo de docente responsável numa sala de aula de educação infantil, traz no Art. 62:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.”  
(Brasil, 1996, cap. VI, art. 62)

O trecho destaca, portanto, que o cargo de docente responsável numa sala de aula de educação infantil é atribuído somente ao professor formado nos níveis específicos exigidos pela lei. Da mesma forma, ao mencionar o profissional que atua na educação infantil, o RCNEI (Brasil, vol. 1, 1998), utiliza a nomenclatura Professor de Educação Infantil, não distinguindo-o, portanto, do auxiliar. Além disso, destacamos que o Plano de Cargos e Salários do município onde está localizada a **Escola A**, não menciona o cargo de professor auxiliar ou auxiliar de professor (Piracuruca, 2022), logo, na rede municipal de ensino, não há a presença dessa função atuando em sala de aula.

Noutro contexto, Pinheiro (2017), Souza (2020), Jesus e Cordeiro (2001) e Abuchaim (2018) abordam, em suas pesquisas, o cargo de professor auxiliar, cujas funções, em escolas de educação infantil, são atribuídas somente ao cuidar, diferenciando-se, assim, do serviço prestado pelo professor titular. Nessas circunstâncias, baseando-nos na concepção de auxiliar explicitada pelas autoras, questionamos: cabe ao professor auxiliar cuidar ou educar?

O RCNEI (1998) explicita os conceitos em torno do cuidar e educar no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil. O cuidar, quando se tem como objetivo a educação integral, está relacionado a promoção da integridade física e saúde da criança, não limitando-o às necessidades orgânicas, mas também as necessidades afetivas. Por sua vez, o documento traz o educar na educação infantil como a ação de “[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de

relação interpessoal [...] (Brasil, 1998, Vol.1, p. 23)” de modo a adentrar no campo cognitivo da aprendizagem, não restringindo-se aos cuidados físicos e afetivos da criança.

De acordo com Sousa, Rios e Oliveira (2020), a oferta da educação infantil no Brasil surgiu, inicialmente, a partir da necessidade de existir um local onde as crianças pudessem receber cuidados quando não houvesse amparo familiar, não sendo um espaço em que o objetivo principal seria o desenvolvimento integral da criança como um cidadão. Ou seja, “[...] a concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade” (Brasil, 1998, v.01, p.17).

Contudo, a Base Nacional Comum Curricular reitera que, atualmente, no ensino na educação infantil deve predominar “[...] a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo” (Brasil, 2018, p. 36) e não como uma função de menor importância em relação ao educar. Por isso, não devendo haver a diferenciação e dissonância entre educar e cuidar, torna-se incongruente existir cargos, dentro da sala de educação infantil, que divirjam essas funções.

Ainda assim, nas escolas onde existe a presença do auxiliar, percebe-se que as funções atribuídas à pessoa atuante nesse cargo são relacionadas somente ao cuidar; dissociando o fazer pedagógico e o educar, que é atribuído à professora titular, do cuidar (função da auxiliar), como mostrado nas pesquisas feitas por Pinheiro (2017), Abuchaim (2018) e por Jesus e Cordeiro (2021).

Nessa perspectiva, Albernaz e Reis (2023) realizaram uma análise documental dos documentos norteadores da educação infantil e chegaram à conclusão de que todos eles defendem cuidar e educar como essenciais e indissociáveis no fazer pedagógico. Porém, as autoras analisaram um edital de concurso para docente de uma cidade de Minas Gerais e explicitaram, neste edital, o não cumprimento das determinações da LDBEN (1996), uma vez que foi exigido como formação para atuar como auxiliar de educação infantil, a formação a Nível Médio, enquanto para professor de educação infantil, a formação mínima exigida era de Nível Superior; sendo que na rotina escolar, como mostram as pesquisas, o auxiliar atua em funções que, segundo os documentos norteadores, são do docente titular. Assim sendo, as autoras concluíram que a solução para mitigar essa dicotomia é a bidocência, pois “atende as prerrogativas legais apontadas no currículo de referência” (Albernaz e Reis, 2023, p. 8).

Em circunstâncias semelhantes, Abuchaim destaca que “[...] dos 198.999 auxiliares de educação infantil descritos no Censo Escolar de 2013, 71% atuam em

unidades municipais” (Abuchaim, 2018, p. 62), demonstrando que esse cargo é entendido como uma saída para dividir o serviço pedagógico numa sala de aula, mas também como aqueles que “assumem as responsabilidades do professor sem receber um salário adequado e sem os benefícios da carreira do magistério [...] acabam se tornando uma opção mais barata para os sistemas” (Abuchaim, 2018, p. 64); explicitando a precarização do trabalho do auxiliar em alguns municípios.

Em suma, com base na pesquisa bibliográfica, concluímos que o cuidar e o educar, indissociáveis, são funções do docente de educação infantil, e a LDBEN (1996) determina uma formação exigida para o docente atuante nas salas de aula dessa etapa. O auxiliar exerce a função de cuidar, ou seja, ele exerce uma função pedagógica, a função de um docente da educação infantil (Jesus e Cordeiro, 2021). Contudo, as pesquisas mostram que as auxiliares atuantes na educação infantil atualmente não possuem a formação mínima exigida pela LDBEN (1996) (Abuchaim, 2018). Noutra perspectiva, caso haja uma auxiliar com a formação mínima exigida para atuar na educação infantil, mas atue no cargo de auxiliar recebendo o salário inferior, fica explícito que o seu exercício docente está sendo desvalorizado (Albernaz e Reis, 2023).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A escola *lócus* da pesquisa está localizada próxima a casas residenciais e comércios e atende crianças que moram no bairro; a estrutura física encontra-se em boas condições, dispendo de 8 salas, sendo que 6 delas têm sala interna de apoio para descanso e recreação das crianças, e banheiros, contendo pias e sanitários adaptados para o tamanho das crianças. O espaço conta com uma brinquedoteca que, na maioria das vezes, é usada como sala para crianças com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), uma vez que a escola não possui sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Observamos que a ambiência da escola é pouco atrativa para as crianças: visto que possui poucos recursos lúdicos, coloridos e interativos que chamam a atenção. Consideramos esse fato como um ponto negativo, pois a disponibilidade de recursos lúdicos como brinquedos e pinturas coloridas no ambiente escolar proporciona às crianças aprendizagens fora da sala de aula, pois, “[...] um ambiente onde prevalece a ludicidade, a beleza, o bom humor, proporciona à criança um clima harmônico onde à confiança e as tentativas de acerto se intensifiquem” (Salomão, Martini e Jordão, 2007, p. 9).

Após observarmos os aspectos relacionados à ambiência e estrutura física da escola, realizamos a entrevista com a coordenadora pedagógica com o intuito de conhecermos como é elaborada a rotina pedagógica.

Conforme relatado pelas entrevistadas, a rotina pedagógica é feita pela equipe técnica da secretaria de educação e enviada às escolas municipais mensalmente. Como a rotina pedagógica é elaborada pela secretaria de educação e distribuída para as escolas, em algumas situações há o desencontro entre o que é proposto e o que é possível ser colocado em prática. Assim, os professores, juntamente com a coordenadora pedagógica, adaptam a rotina à realidade da escola.

“A rotina pedagógica vem com a equipe técnica da secretaria de educação, é uma equipe formada por vários supervisores, no caso são quatro supervisores, cada um com uma área [...], elas fazem toda essa rotina, então a rotina já vem toda pronta para a escola. Claro que aqui na escola, a gente adapta à realidade da escola. Algumas atividades que não é possível, a gente substitui por outras, então, mas sempre seguimos o cronograma que já vem na rotina. [...] a periodicidade é mensal.” (Coordenadora pedagógica da Escola A)

Ao nosso ver, essa prática, por mais que seja na intenção de uniformizar o serviço pedagógico em todas as escolas municipais, é limitante. A coordenadora pedagógica relatou que, juntamente com a rotina pedagógica, também são enviadas as tarefas para serem feitas em classe e em casa. Essa prática limita o fazer docente na sala de aula: as crianças são instigadas a responderem tarefas em classe e em sala, muitas vezes sem terem a aquisição do conteúdo avaliado por meio dessas tarefas. Há uma dissonância entre a realidade vivida na sala de aula e o que é esperado pela secretaria de educação.

Durante os dias 22 e 29 de setembro de 2023, na etapa da observação não-participante, observamos a rotina pedagógica na escola, na qual dividia-se em momentos para acolhida, primeiro lanche entregue nas salas de aula, segundo lanche, intervalo e encerramento do turno. Na sala de aula, acompanhamos a rotina de uma turma da pré-escola, cuja faixa etária das crianças é de 4 anos a 5 anos e 11 meses (Brasil, 2017).

A rotina pedagógica na sala de aula observada foi desenvolvida da seguinte maneira: a professora, num primeiro momento, saudou todos os alunos enquanto eles lanchavam e instigou-os a observarem os elementos presentes na sala de aula como cartazes, figuras e o calendário. Essa prática explicita a preocupação de envolver os



alunos no ambiente e situá-los no tempo. Entretanto, no primeiro dia observado, as crianças tiveram que realizar uma avaliação, e a professora não envolveu todos na explicação prévia da prova, assim como no momento da realização desta.

Em dado momento, durante a aplicação da prova, a professora comentou que “seria muito bom ter um auxiliar”, pois encontrava dificuldades em manter todas as crianças respondendo à prova. A partir da observação desse acontecimento nos questionamos se a presença de uma auxiliar naquela situação poderia ter proporcionado uma aprendizagem provida de sentido às crianças; pois sob a ótica da professora titular, o auxiliar é visto como um apoio na realização de tarefas.

Durante os dias observados, após o intervalo, a professora distribuiu algumas tarefas de revisão, notamos que nesse tempo em que as crianças faziam as atividades de revisão, a professora titular corrigia as tarefas enviadas pela secretaria de educação, que obrigatoriamente devem ser feitas, corrigidas e devolvidas. Ou seja, levando em consideração que a maioria das crianças não eram assistidas durante a execução do exercício, constatamos que o tempo foi mal aproveitado, o que nos levou a levantar a hipótese de que se com a presença da auxiliar, o tempo seria mais bem aproveitado e as crianças seriam assistidas pela professora auxiliar, de forma que as tarefas de revisão promovessem uma aprendizagem concreta a elas.

Nesse contexto, notamos que, durante a explicação, poucos alunos são envolvidos, mas obrigatoriamente todos devem fazer a tarefa. Esse fato explicita a problemática por trás da prática de serem enviadas tarefas às escolas da secretaria de educação, visto que não é levado em consideração a realidade na qual está inserida o aluno da pré-escola. Ou seja, ao completarem a tarefa, deixa-se a impressão de que todos os alunos entenderam e fixaram o conteúdo, quando, na realidade, menos da metade foi verdadeiramente envolvida na aprendizagem. Notamos, portanto, a falta da aprendizagem real e significativa e questionamo-nos se com a presença de um professor auxiliar, a predominância de um ensino teatral e simulado seria mitigada.

Por fim, com base nas observações feitas na **Escola A**, diante das dificuldades vivenciadas pela professora titular na rotina diária em sala de aula, notou-se a necessidade de um segundo profissional que contribuísse para a melhoria do ensino-aprendizagem na rotina escolar. Dessa forma, concluímos que, a inexistência oficial do cargo de professor auxiliar ou auxiliar de professor amparado pela lei tanto a nível nacional como a nível municipal, não anula o fato de que, diante da realidade das escolas de educação infantil

públicas, há a necessidade de um segundo profissional em sala de aula para que sejam atendidas, de forma eficiente, todas as crianças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, levantamos a seguinte questão: como o cargo de auxiliar é entendido frente às realidades da educação infantil? Uma vez que, sob a ótica da professora titular, um auxiliar a ajudaria na prática em sala de aula de forma concreta, envolvendo todas as crianças no aprendizado durante a rotina. A partir das visitas técnicas e do que foi presenciado durante a observação da rotina na sala de aula, reconhecemos que, de fato, um segundo profissional poderia auxiliar a professora em seu trabalho pedagógico. Contudo, fundamentando-se nas discussões provenientes da revisão de literatura feita, apresentamos as diversas implicações que envolvem esse cargo.

Nesse sentido, o objetivo proposto de refletir sobre as diferentes implicações que envolvem a presença e a necessidade do cargo de professor auxiliar em salas de aula da educação infantil foi alcançado. Os achados sugerem que a presença de um segundo professor numa sala de aula deveria ser num contexto de experiência compartilhada, onde os cargos são equivalentes, em consonância com a formação exigida na LDBEN (Brasil, 1996), de modo que tanto o cuidar como o educar sejam funções de ambos os docentes. Assim foi proposto por Albernaz e Reis (2023), que apresentam uma análise documental sobre a divisão das funções entre professores e auxiliares, e propõem a bidocência como um meio para a melhoria do trabalho na educação infantil.

Conhecer a realidade em que vive a professora titular da **Escola A** sem um professor auxiliar, bem como a realidade apresentada no levantamento bibliográfico que mostra a precarização desse cargo em escolas de outros municípios, mostrou ser de grande relevância para este trabalho. Ao apresentar as diversas possibilidades, vantagens e desvantagens desse cargo, reforça-se o entendimento acerca do que de fato necessita o professor na educação infantil.

Por fim, o tema não deve ser limitado a análises das dicotomias e incongruências acerca do cargo de professor auxiliar; da mesma forma que a contratação de auxiliares não deve ser a única alternativa para a promoção do melhor atendimento às crianças. As reflexões apresentadas nesse artigo devem servir como contribuição na construção de um novo olhar sobre a docência na educação infantil em consonância com os documentos norteadores do trabalho com a primeira infância.

## REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Panorama das políticas de educação infantil no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2018. 115 p. ISBN 978-85-7652-225-6. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261453.locale=en>. Acesso em: 16 out. 2023.

ALBERNAZ, Jéssica Marques; REIS, Dayse. PROFESSORES E AUXILIARES DE CRECHE: refletindo sobre o currículo da Educação Infantil. **Revista Espaço do Currículo**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 1-9, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i1.64702>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/64702/37210>. Acesso em: 16 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: formação pessoal e social: volume 1**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 16 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, [2009]. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN52009.pdf?query=FAM%C3%8DLIA#:~:text=Link%20copiado!&text=Fixa%20as%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52009.pdf?query=FAM%C3%8DLIA#:~:text=Link%20copiado!&text=Fixa%20as%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil). Acesso em: 17 out. 2023.

JESUS, Livia Karen Figueredo de; CORDEIRO, Karina de Oliveira Santos. Cuidar e educar na creche: o planejamento pedagógico e a atuação das auxiliares de classe. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 326-345, 2021. DOI: [10.22481/praxisedu.v17i48.8640](https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.8640). Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8640/6148>. Acesso em: 16 out. 2023.

MARIETTO, Marcio Luiz. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/20ijsm.v17i4.2717>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/html/>. Acesso em: 18 out. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506>. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/506>. Acesso em: 19 out. 2023.

PINHEIRO, Maria Nerice dos Santos. “**NÃO! A AUXILIAR NÃO É A PROFESSORA**”: O PAPEL DAS AUXILIARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE CRECHE NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Orientador: Rosimeire Costa de Andrade Cruz. 2017. 342 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29900/1/2017\\_dis\\_mnspinheiro.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29900/1/2017_dis_mnspinheiro.pdf). Acesso em: 16 out. 2023.

PIRACURUCA. **Projeto de Lei Complementar 011 de 26 de julho de 2022**. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Piracuruca e dá outras providências. Piracuruca: Prefeitura Municipal de Piracuruca, [2022]. Disponível em: <https://piracuruca.pi.leg.br/uploads/documentos/7f8eff8df460f1e024713a503891487e.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

SALOMÃO, Hérica Aparecida Souza; MARTINI, Marilaine; JORDÃO, Ana Paula Martinez. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENFOCANDO A BRINCADEIRA E AS SITUAÇÕES DE ENSINO NÃO DIRECIONADO. **Psicologia**, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

SOUZA, Emily Bomfim. Auxiliares na Educação Infantil: Entre cuidar e educar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 6, ed. 12, p. 152-163, 2020. DOI: [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/auxiliares-na-educacao](https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/auxiliares-na-educacao). Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/auxiliares-na-educacao>. Acesso em: 16 out. 2023.

SOUZA, Jorsinai de Argolo; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco; OLIVEIRA, Rosemary Lapa de. Políticas Públicas para a Educação Infantil: um debate sobre a expansão da oferta e a formação dos professores. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S.L.], v.1, n.2, p. 392-409, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7900/5436>. Acesso em: 17 out. 2023.